



Paulo Abi-Ackel pede que Aneel explique prorrogação de tributo na conta de luz

O líder da Minoria na Câmara, deputado **Paulo Abi-Ackel (MG)**, pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) explicações ao Congresso Nacional sobre os motivos da prorrogação do imposto que onera as contas de energia elétrica entre 2% e 3%. Esse tributo, chamado de Reserva Global de Reversão (RGR), deixaria de incidir sobre as contas de luz em 1º de janeiro deste ano. Mas a Medida Provisória 517, editada pelo Palácio do Planalto, pretende prorrogar o encargo por mais 25 anos.

Segundo Abi-Ackel, integrante da Comissão de Minas e Energia, havia uma expectativa positiva da sociedade brasileira em relação ao fim da RGR e,

consequentemente, a respeito do abatimento no preço da energia elétrica. “Não encontramos no texto da MP 517 nenhuma menção sobre os efeitos que a prorrogação no custo da energia elétrica trará ao povo brasileiro. É essa informação que está faltando e, por isso, apresentei o requerimento”, explicou. O documento solicita ao diretor geral da Aneel, Nelson Hubner, esclarecimentos sobre a manutenção do encargo previsto no artigo 16 da medida.

R\$ 40 bilhões

É quanto o consumidor pagará na conta de luz caso seja aprovado o dispositivo inserido na MP 517 que prorroga a RGR se considerados os valores atuais de arrecadação. O cálculo é do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Salles.

A pedido de Tripoli, Comissão de Meio Ambiente debaterá uso de usinas nucleares

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara aprovou nesta quarta-feira (16) requerimento do deputado **Ricardo Tripoli (SP)** que pede a realização de audiência pública sobre as fontes de energia no país e esclarecimentos sobre a utilização de tecnologia nuclear em território nacional.

Na avaliação do parlamentar paulista, diante da recente catástrofe ocorrida no Japão, onde cidades foram atingidas por terremoto e consequente tsunami, é necessário debater, além da utilização e pesquisa em energia nuclear, as demais fontes de energia disponíveis e compatíveis com as condições ambientais do Brasil. A intenção de Tripoli é debater a capacidade de geração de energia elétrica frente à demanda e segurança. No requerimento, Tripoli argumenta que já há

um cronograma do Ministério de Minas e Energia que prevê a construção de mais quatro usinas no Brasil para entrar em operação nos próximos 19 anos. Segundo o deputado, por mais bem preparado que esteja um país e por melhor orientada que seja sua população, é limitada a capacidade humana para conter os efeitos dos desastres naturais e nucleares.

“O acidente de Fukushima, que pode se repetir em outras centrais nucleares pelo mundo, provoca dúvidas sobre o nível de segurança das usinas nucleares e estimula o debate sobre a necessidade de usar energia nuclear”, argumentou, ao defender maiores investimentos em fontes de energia alternativas, como a eólica e a solar. @

Bancada do PSDB discute propostas para reforma política

A bancada do PSDB na Câmara se reuniu nesta quarta-feira (16) para debater as ideias dos tucanos para a reforma política que será analisada pelo Congresso. O líder da legenda, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, destacou que no início das legislaturas é comum haver um grande empenho em torno do tema, mas que a discussão não vai adiante. “É possível melhorar o sistema atual. Precisamos ter cuidado para não aprovar uma contrarreforma”, ressaltou. Nogueira declarou ainda que haverá uma sintonia entre as propostas apresentadas pelas comissões da Reforma Política da Câmara e do Senado.

A discussão contou com a presença do ex-líder do partido João Almeida (BA), um dos grandes estudiosos do PSDB sobre o assunto. Almeida afirmou que a refor-

ma política é um tema recorrente, mas nunca conseguiu atingir seu propósito. Para ele, a reforma do sistema eleitoral é essencial. “O sistema eleitoral é o coração da reforma política, que é um tema muito amplo”, disse.

Integrantes do PSDB na Comissão de Reforma Política da Câmara, os deputados **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** e **William Dib (SP)** apresentaram para os deputados o andamento dos trabalhos no colegiado. De acordo com Dib, 2º vice-presidente da comissão, nas próximas reuniões haverá a apresentação de cinco tipos de sistema eleitoral para os parlamentares. Já Mendes Thame explicou que a Casa deve analisar mudanças nos métodos de escolha dos candidatos e não uma reforma política em si. “O que está em jogo é o destino da democracia brasileira e não os nossos mandatos”, ressaltou.

Carlos Sampaio quer mudar regras do Conselho de Ética para julgar caso Jaqueline Roriz

O deputado **Carlos Sampaio (SP)** defendeu nesta quarta-feira (16) que o Conselho de Ética da Câmara tenha poderes para requisitar documentos de órgãos governamentais e convocar pessoas envolvidas em irregularidades. Para mudar as regras do conselho, o tucano quer que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprove uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de sua autoria, que concede plenos poderes ao colegiado.

O parlamentar também disse que este amparo legal é muito importante para julgar os casos de parlamentares que cometem atos anti-éticos e indecorosos contra o patrimônio público. “O Conselho de Ética não tem poder de requisição. O colegiado tem que ter o dever e o direito de convocar. Não compareceu é crime de desobediência”, sugeriu.

Um dos primeiros trabalhos dos deputados neste ano é o caso da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF), acusada de receber R\$ 50 mil em doações ilegais de campanha. Ela aparece ao lado do marido, Manoel Neto, em um vídeo

no qual o casal recebe um pacote de dinheiro das mãos de Durval Barbosa, delator do esquema conhecido como “mensalão do DEM”. A Câmara também deve apurar a denúncia de que Jaqueline teria utilizado verba indenizatória do gabinete para alugar uma sala comercial de propriedade da família. O imóvel foi alugado por R\$ 1,1 mil.

Além de alterações no regimento interno do conselho, os casos de delação premiada devem ser revistos. É o que defende o deputado **Fernando Francischini (PR)**. O parlamentar condena a conduta de Durval Barbosa, que vem vazando em várias partes o material gravado desde 2006 e que resultou na cassação do ex-governador José Roberto Arruda. “Queremos que ele entregue tudo que tenha de material ou vamos requisitar os dados ao Ministério Público Federal (MPF) que conduziu a sua delação. Esse Congresso tem que ser limpo. E para isso, temos que saber tudo que existe contra os deputados que aqui estão”, afirmou.

Subcomissão para acompanhar investimentos do trem-bala será reinstalada na Câmara

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara aprovou nesta quarta-feira (16) requerimento do deputado **Vanderlei Macris (SP)** para recriação da subcomissão de acompanhamento das obras do Trem de Alta Velocidade (TAV). O tucano, que presidiu o colegiado no ano passado, considera fundamental a instalação do grupo parlamentar para acompanhar todas as fases do projeto e, sobretudo, o uso dos recursos públicos no empreendimento.

Ontem o Ministério Público Federal do Distrito Federal (MPF-DF) ajuizou duas ações civis públicas e expediu duas novas recomendações à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para corrigir irregularidades no projeto do TAV. Além disso, solicitou ao procurador-geral da República que questione, no Supremo Tribunal Federal (STF), a constitucionalidade de itens da Medida Provisória 511/

2010, que prevê ações para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre o financiamento da obra. O trem-bala ligará as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. O texto da medida provisória trata de como evitar o prejuízo da União (garantidor) na hipótese de inadimplência ou falência do negócio. De acordo com o MPF-DF, a medida provisória deturpou o sentido da contragarantia. Isso porque seria oferecida à União ações da concessionária, as quais não teriam nenhum valor em caso de falência.

“Sou favorável a proposta de criação do TAV. Mas não podemos deixar que o Parlamento fique de fora do acompanhamento de uma obra dessa magnitude. Temos que acompanhar todo o desenvolvimento desse processo”, afirmou o tucano.

Para o MPF, medida provisória não resguarda dinheiro público em caso de inadimplência ou falência do negócio

Leia também em nosso blog:

- Carlos Brandão solicita reinstalação de subcomissão para fiscalizar recursos da Copa
- Deputados acatam moção de solidariedade ao Japão e cobram apoio a dekasseguis
- Comissão aprova requerimento de Imbassahy para investigar licitação irregular na EBC
- A convite de tucanos, ministros virão à Câmara tratar de assuntos da agenda internacional
- Autoridades petistas finalmente admitem ampla dependência da economia brasileira ao desempenho global, destaca ITV
- Direto do Twitter, com os deputados Antonio Carlos Mendes Thame (SP), César Colnago (ES), Jorginho Mello (SC), Marcus Pestana (MG) e Vaz de Lima (SP) e o senador Alvaro Dias (PR)
- Direto do Plenário, com os deputados Duarte Nogueira (SP) e Mara Gabrilli (SP)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação / Editor: Marcos Côrtes ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>